

PASTORAL DA  
**Terra**

Iara Cardoso

CONFLITOS NO  
**CAMPO**  
BRASIL  
2022

## DA REDAÇÃO

## Apresentação

Desde sempre se ouve falar em violência do latifúndio. Podemos dizer, com segurança, que latifúndio e violência são entranhadamente ligados. São duas faces da mesma moeda. Não existe latifúndio, sem violência. A violência faz parte do latifúndio. [...] a violência vai continuar por longo tempo no campo. Enquanto o latifúndio perdurar, vão perdurar as diferentes formas de violência que são parte constitutiva de sua estrutura.”

Dom Tomás Balduino (no livro Dom Tomás é Terra e Dignidade. 2014. p 32)

Nos últimos três anos, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) chamou atenção, no texto de apresentação de seu relatório anual, para as consequências violentas da ascensão da extrema direita para os povos e comunidades do campo. Inicialmente, foi feito o alerta diante do governo de tendências fascistas que se instaurou em 2019 com a eleição de Jair Bolsonaro, e a possibilidade de aumento da violência; depois, em 2020, os dados divulgados expuseram o avanço da brutalidade da violência no campo, que foi acentuada pela maior pandemia desde o início do século passado. Em 2021, a CPT denunciou as ações criminosas e avassaladoramente fatal do garimpo em terras indígenas. Em 2022, recorte temporal ao qual se dedica o relatório e este jornal, soma-se ao alerta inicial a nefasta comprovação do que havia sido dito: o governo militar-empresarial que se encerrou foi o mais violento para os povos do campo, das águas e das florestas, desde o início deste século, de acordo com o registro dos conflitos no campo feito pela CPT.



Nitmar Lage

Em 2022, foram registradas 2.018 ocorrências de conflitos no campo, que envolveram 909.450 pessoas, números inferiores apenas aos do ano de 2020. As ocorrências de conflitos incluem as ações de violência contra os povos do campo e as ações de resistência empreendidas pelos povos do campo (ocupações/retomadas e acampamentos). Se subtrairmos as ocorrências de ações de resistência desse total, temos o número de 1.946 ocorrências de ações violentas contra os povos do campo. Em média, no

total, durante o Governo Bolsonaro houve 1.981,25 ocorrências de conflitos por ano, número consideravelmente maior que a média de 1.560,67 ocorrências de conflitos durante o Governo Temer. Como tais números se deram em um contexto de recuo dos movimentos sociais nas tradicionais formas de resistências registradas, o que houve nos últimos quatro anos foi o avanço violento do agronegócio e da mineração, principalmente, contra os povos.

Diante do cenário desolador, herança do fascismo,

e das violências estruturantes de nossa sociedade são urgentes as mobilizações e lutas permanentes. Devemos nos manter vigilantes, fortalecer os processos coletivos nas bases, a formação e a participação do povo para a construção de um projeto popular humano e justo. Assim, que as luzes trazidas pelas pastorais do campo e seus agentes ao longo de suas histórias auxiliem na luta, com solidariedade e fraternidade, para o fim definitivo do latifúndio e de todas as suas violências.



## PASTORAL DA Terra

É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)

**Secretaria Nacional**  
Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel,  
1º andar, Centro, Goiânia, Goiás  
CEP.: 74030-090  
Fone: (62) 4008-6466  
Fax: (62) 4008-6405  
www.cptnacional.org.br  
imprensa@cptnacional.org.br

**Presidente**  
Dom José Ionilton

**Vice-Presidente**  
Dom Sílvio Guterres

**Coordenadores Nacionais**  
Andréia Silvério  
Carlos Lima  
Isolete Wichimieski  
Ronilson Costa

**Redação**  
Amanda Costa (4075/GO)  
Mário Manzi (5157/GO)  
Renata Albuquerque (7209/PE)

**Jornalistas responsáveis**  
Amanda Costa (4075/GO)  
Mário Manzi (5157/GO)

**Impressão**  
Gráfica e Editora América Ltda.

**Diagramação**  
Refile Editorial - Vinicius Pontes

**Assinaturas**  
Anual R\$ 30,00  
Pagamento pode ser feito por meio de depósito no Banco:  
Caixa Econômica Federal  
Agência 4520 Operação 003 Conta/  
DV 648-6  
IBAN BR51 0036 0305 0452 0000  
0006 486C 1  
SWIFT da CEF: CEFXBRSP

**Razão Social**  
Comissão Pastoral da Terra

**CNPJ / PIX**  
02.375.913/0001-18

**Informações**  
cpt@cptnacional.org.br

**Tiragem**  
3.000 exemplares

**Apoio**



## CONFLITOS NO CAMPO

## TERRA E MEIO AMBIENTE

## Aumento de concentração fundiária, desmatamento e violência no campo evidenciam as conexões entre a questão agrária e ambiental

Julianna Malerba

Mário Manzi (edição)  
mario@cptnacional.org.br

Ao contrário de um senso comum ambiental que prevalece no debate público, a degradação dos espaços coletivos não é democrática, não atinge a todos de maneira uniforme e muito menos submete todos os grupos sociais às mesmas incertezas e riscos. Esse padrão desigual de proteção ambiental tem origens históricas, determinadas no Brasil pela concentração fundiária, pelo racismo estrutural e pela distribuição desigual de direitos. De fato, diferenças de cor, gênero, ocupação, origem e propriedade têm sido, desde sempre, utilizadas para regular a distribuição de poderes e do acesso à riqueza social e aos bens naturais.

Dados referentes à concentração fundiária são, por si só, reveladores do processo histórico de exclusão da maioria das pessoas do acesso à terra. Os dados do Censo Agropecuário de 2017 indicam que metade dos 5.072.152 estabelecimentos rurais existentes no país tem 10 hectares ou menos e juntos detêm apenas 2,28% das terras utilizadas para agropecuária. Enquanto que 50.865 proprie-



Aless Derivius

Os conflitos contra povos indígenas e outros povos e comunidades tradicionais se acentuaram em 2022.

dades – que correspondem a cerca de 1% do total de estabelecimentos rurais – concentram 47,5% das terras agrícolas.

## Conflitos agrários e desmatamento

Além da média de registros anuais de conflitos por terra e água, durante os anos de 2019 a 2022, ter sido superior à média registrada nos anos anteriores, de 2013 a 2018, os dados mostram claramente que os conflitos rurais existentes no país tem 10 hectares ou menos e juntos detêm apenas 2,28% das terras utilizadas para agropecuária. Enquanto que 50.865 proprie-

do desmatamento (do oeste do Maranhão ao Acre) e o MATOPIBA.

A sistematização desses números pelo Cedoc nos dá a dimensão dessas mudanças: entre o primeiro e segundo períodos compreendidos de 2013 a 2018 e de 2019 a 2022 houve um crescimento de 26,7% no número de conflitos por terra e um aumento em 53,6% no número de famílias envolvidas. Já a média de conflitos envolvendo acesso, controle e contaminação das águas dobrou na comparação entre os dois períodos, indicando que os conflitos agrários são atravessados pela

disputa pelo acesso e controle sobre os bens naturais.

## Injustiça fundiária e racismo ambiental

A partir de 2019, ocorre um aumento expressivo no número de famílias envolvidas nos conflitos, especialmente nos estados que lideram o ranking dos conflitos por terra e água (Pará, Maranhão e Bahia): enquanto há 10 anos (em 2013) havia 8.438 famílias paraenses, 8.209 famílias maranhenses e 4.631 famílias baianas vivenciando e resistindo a situações de violência contra a ocupação e posse da terra, em 2022, o número de

famílias em situação de conflito cresce para 33.231 (PA), 13.345 (MA) e 9.546 (BA) nesses estados.

Esse aumento é acompanhado por uma mudança significativa no perfil dos sujeitos que sofrem a violência contra a ocupação e posse da terra e/ou que vivenciam conflitos pelo acesso à água: os conflitos contra povos indígenas e outros povos e comunidades tradicionais (quilombolas, ribeirinhos, pescadores) se acentuam em comparação aos conflitos contra assentados, posseiros e sem terras. Ao mesmo tempo, o governo federal assume a liderança dentre os agentes causadores dos conflitos e a ação violenta de fazendeiros e empresários se intensifica.

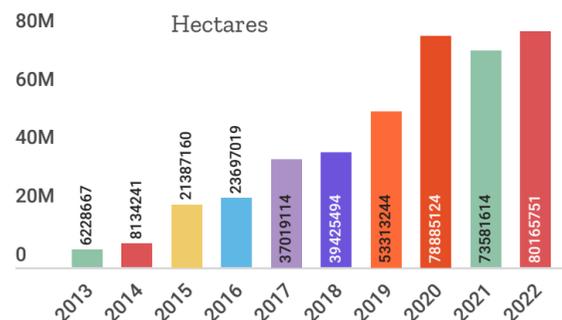
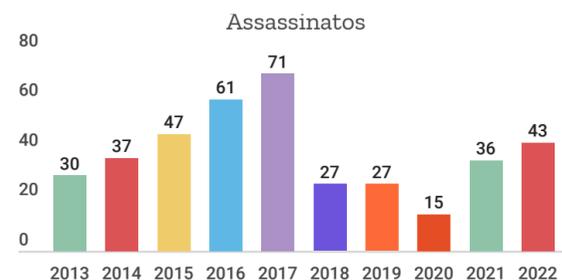
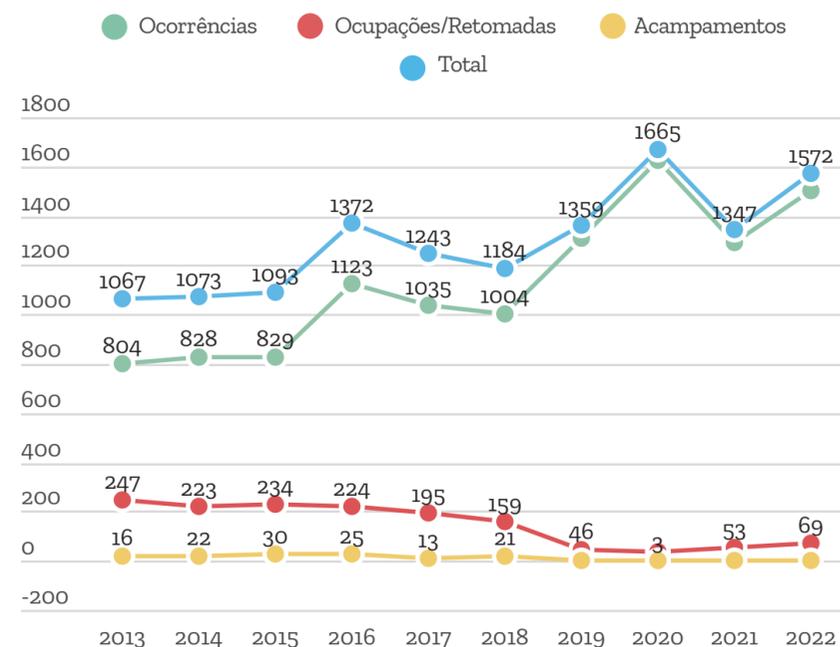
Ao novo governo que assume o país caberá a tarefa de reverter essa tendência reconhecendo que a democratização da terra é um passo fundamental para conter o desmatamento e a degradação ambiental – promovidos fundamentalmente por atividade que concentram terra e bens naturais –, superar as desigualdades estruturais e promover um modelo agrícola comprometido com a conservação da biodiversidade e com a segurança e soberania alimentar.

DADOS

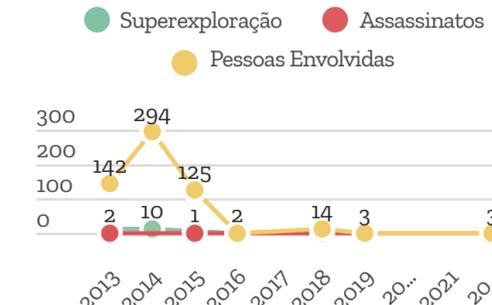
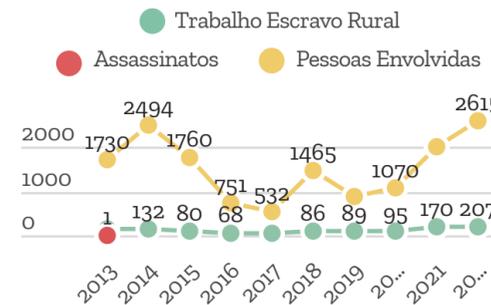
RELATÓRIO

# Comparação dos Conflitos no Campo Brasil de 2013 a 2022

## CONFLITOS POR TERRA



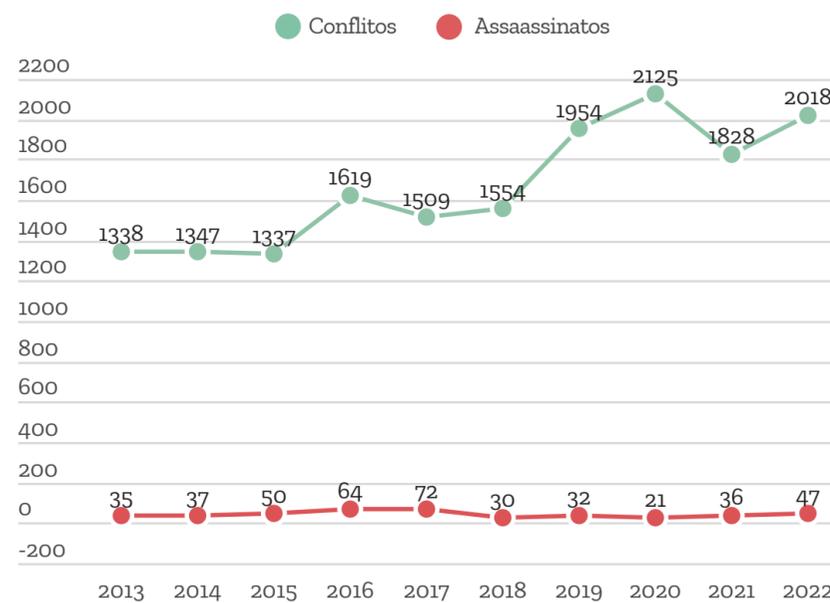
## CONFLITOS TRABALHISTAS



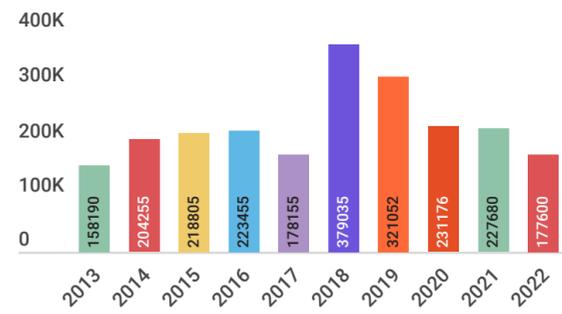
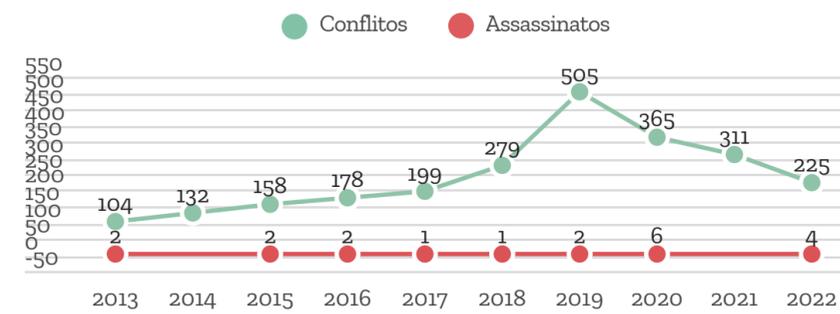
## OUTROS



## TOTAL DOS CONFLITOS NO CAMPO BRASIL



## CONFLITOS PELA ÁGUA



EIXO TERRA

ESCALADA DE VIOLÊNCIA

# A marcha de apropriação dos territórios bloqueados e os novos componentes da questão agrária

Jéssyca Tomaz de Carvalho  
Adriano R. de Oliveira  
Amanda Costa (edição)  
amanda@cptnacional.org.br

Em meados de 2022, defendemos a tese de que a ideologia semanticamente difundida no campo conceitual “agro” se manifesta espacialmente pela captura, pelo controle, pela espetacularização, pela aceleração e pela apropriação dos territórios, atingindo dimensões alimentares, tecnoprodutivas, energéticas e culturais em disputa no país.

Consideramos que estamos diante de uma marcha de apropriação daquilo que determinamos como territórios bloqueados, constituídos pelos espaços de povos indígenas, comunidades de base camponesa e áreas legalmente protegidas, demarcados pelo Estado, que impedem o avanço da livre acumulação ampliada do capital no campo, no subsolo e nas florestas brasileiras.

Na disputa por esses territórios, as corporações de commodities que influenciam o Estado capitalista conflitam com as

pautas ambientais, sociotrabalhistas, culturais, agrárias, acadêmicas, dos povos tradicionais, da relação campo-cidade etc. Essas corporações têm, entre seus componentes, os detentores do capital de frações de classe reinante nacionais ou internacionais que atuam no país.

Dados mais recentes do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (Cedoc) sobre os conflitos por terra no período de 2013 a 2022, evidenciam o resultado do avanço das corporações de commodities.

### A escalada da violência atrelada à marcha de aceleração dos territórios bloqueados

Após o golpe de 2016, ganhou terreno no país uma agenda econômica ultraneoliberal, ancorada numa “guerra cultural” baseada no fundamentalismo ideológico-religioso. Nesse cenário, a educação e as lutas sociais passaram a ser atacadas de forma orquestrada e deliberada. No campo, houve o recrudescimento da aliança entre a terra e o capital, resultando em um processo de desdemocratização.

Com a chegada de Bolsonaro ao poder em 2019, a classe reinante encontrou terreno fértil para acelerar a marcha de apropriação dos territórios a partir de várias frentes, notadamente no Congresso Nacional por meio de projetos de lei e emendas constitucionais como a que resultou na reforma da Previdência (Emenda Constitucional nº 103/2019). E, para além das ações no Congresso, o governo orquestrou uma série de medidas infralegais em vários órgãos governamentais que visavam o desbloqueio territorial.

Diante disso, consideramos que a análise dos dados de conflitos por terra disponibilizados pelo Centro de Documentação (Cedoc) Dom Tomás Balduino/CPT é elucidativa para corroborar nossa proposição de que os sujeitos que (Re)existem no campo brasileiro tiveram suas condições de existência progressivamente ameaçadas frente ao processo de desdemocratização.

Conforme a metodologia do Cedoc para a representação dos dados, os conflitos por terra são a soma de ocorrências de violências por terra, ocupações/retomadas e acampamentos. Na Figura 1 são espacializados os conflitos por terra em 2022.

Como podemos notar, há uma concentração dos conflitos na região Norte do país. Isso não é uma novidade do ano de 2022, já que nos últimos dez anos essa tem sido a região com maior índice de conflitos por terra. Entendemos que o fator que melhor justifica esse elevado número de conflitos por terra é a grande presença de territórios bloqueados na região.

Para avançar nessa leitura, é importante compreender a dinâmica de aumento dos conflitos por terra especialmente nos últimos quatro anos, durante a

gestão de Jair Bolsonaro. Os dados registrados pela CPT revelam uma queda vertiginosa das ocupações/retomadas e acampamentos entre 2019 e 2022, o que colabora para a afirmação de que se realiza uma investida de maior magnitude dos capitalistas contra os povos do campo, das águas e das florestas. O mesmo processo é notado quando analisamos o número de famílias.

Os dados também demonstram que, entre 2013 e 2022, houve um aumento dos territórios em conflito por terra. Em 2013 foram registrados 810 territórios em conflito, ao passo que em 2022 foram registrados 1.050 territórios, aumento de 29,62%. Esse fenômeno colabora com o conjunto de elementos que já abordamos: o crescimento das ocorrências de conflitos por terra, do número de famílias envolvidas e do número de territórios em conflitos por terra.

Além disso, o Cedoc registra 16 diferentes violências praticadas contra as famílias e seus territórios. Na gestão de Jair Bolsonaro, foi registrado um crescimento espantoso de invasões aos territórios. Trata-se de um crescimento de 146,55%, pois entre 2013 e 2018 foram

132.079 famílias que tiveram seus territórios invadidos e, entre 2019 e 2022, 326.684 famílias sofreram invasão. Esse aumento significativo está relacionado ao projeto político defendido nacionalmente: o desbloqueio dos territórios nas “quatro linhas da Constituição”: Titula Brasil, mineração nas TIs, extração de madeira em TIs e outros inúmeros decretos e projetos de leis que foram encaminhados ao Congresso.

Entre 2013 e 2018, as identidades que mais sofreram violências foram os sem-terra e os posseiros. Esse cenário teve modificação entre 2019 e 2022, quando os povos indígenas e quilombolas passaram a ser os que mais sofreram violências decorrentes de conflitos por terra. Essa mudança demonstra um dos objetivos do governo Bolsonaro, que foi a busca e apropriação dos recursos territoriais, numa política anti-indígena e anti-indigenista a partir da redução de recursos para a Funai, da recusa da fiscalização e, em

muitos casos, do apoio aos garimpeiros e madeireiros. Devemos ressaltar que as tentativas de usurpação dos territórios dos povos dos campos, das águas e das florestas estão longe de uma solução. Diante da vitória de um governo de frente ampla, devemos continuar nos processos de (Re)existências, pois estamos diante de um Congresso alinhado, em sua grande maioria, ao agronegócio (banca ruralista) e às investidas internacionais pela produção de commodities.

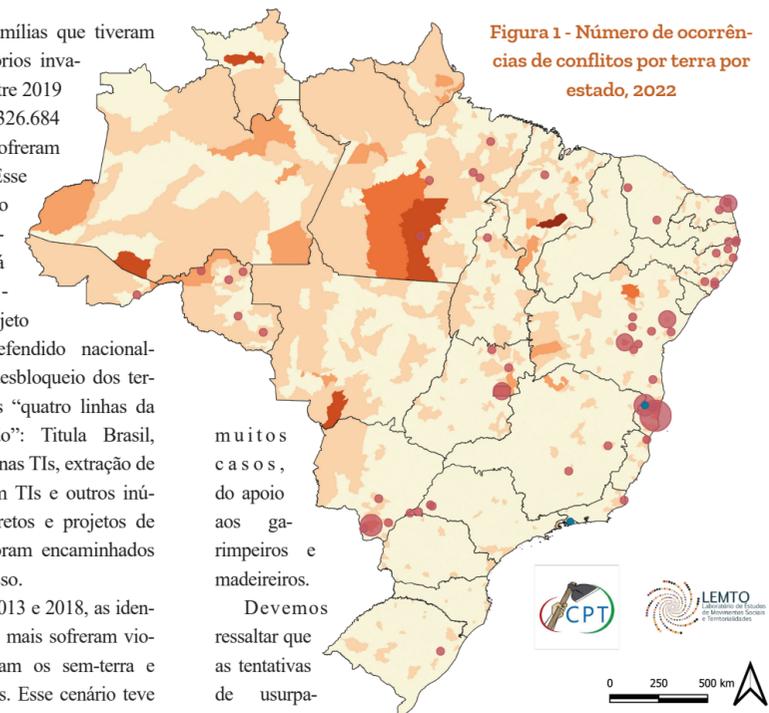


Figura 1 - Número de ocorrências de conflitos por terra por estado, 2022



Bruno Alfice

Retomada Kurupy  
Povo Guarani e Kaiowá, em  
Naviraí, Mato Grosso do Sul

## EIXO TRABALHO

## 25 ANOS

# De 1995 a 2022: o trabalho escravo contemporâneo a partir dos dados sistematizados pela Comissão Pastoral da Terra

Carolina Motoki

Brígida R. dos Santos (colab.)

Waldecir C. de Souza (colab.)

Renata Albuquerque (edição)

comunicacao@cptne2.org.br

A Campanha da CPT “De Olho Aberto Para Não Virar Escravo” completou 25 anos em 2022. Em todo esse tempo, e mesmo antes disso, a CPT se dedicou a denunciar, combater e sistematizar os casos dessa gravíssima violação aos direitos humanos. Esse trabalho contribuiu para o reconhecimento pelo Estado brasileiro, em 1995, da existência do trabalho escravo e, a partir de 2003, para a formulação de políticas públicas mais contundentes. Entre 1995 e 2022, foram resgatadas do trabalho análogo à escravidão no Brasil 60.366 pessoas em 3.085 flagrantes. Em 2022, foram registrados 207 casos no meio rural, com 2.615 pessoas envolvidas nas denúncias e 2.218 resgatadas, o maior número dos últimos dez anos.

O dado, do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (Cedoc-CPT), refere-se exclusivamente às pessoas resgatadas em condições análogas à escravidão no meio rural. Já o levantamento feito

pela Campanha da CPT considera também os casos de atividades laborais não rurais, o que perfaz o número de 2.516 pessoas libertas em 2022. O agronegócio seguiu sendo o setor que mais submeteu pessoas a condições análogas à escravidão no Brasil.

Neste texto, a Campanha analisará em retrospectiva toda a série histórica de dados coletados, de 1995 a 2022, para extrair o que essas informações nos apontam sobre a realidade do trabalho escravo no país.

## Dos primeiros anos à consolidação da política de combate ao trabalho escravo

De 1995, quando foi instituído o Grupo Móvel de Fiscalização, até o ano de 2002, foram resgatadas 5.880 pessoas. Nesse período, o destaque foi a atividade da pecuária. A quase totalidade dos casos se deu nos estados do Pará e do Mato Grosso. Já o ano de 2003 foi um marco na política brasileira de combate ao trabalho escravo, com várias conquistas, como: 1) Assinatura do I Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, que previa várias políticas nos campos da preven-

ção, do combate e da assistência ao(à) resgatado(a); 2) Criação da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, a Conatrae; 3) Instituição da “lista suja”, que divulga os nomes dos empregadores flagrados utilizando trabalho escravo, após encerrado o processo administrativo no Ministério do Trabalho; 4) Nova redação do artigo 149 do Código Penal, que deu centralidade à proteção da dignidade dos(as) trabalhadores(as) ao incluir como elementos caracterizadores do trabalho escravo o trabalho forçado, a servidão por dívidas, a jornada exaustiva e as condições degradantes de trabalho. A evidência da luta contra o trabalho escravo refletiu nos números: em 2003, houve um boom no número de resgatados(as) e de casos, com 5.228 libertados(as), o terceiro maior número da série histórica, em 137 casos.

Se o compromisso do governo em investir na fiscalização do trabalho escravo pode ser decisivo para seu combate, as políticas de incentivo ao agronegócio acabam, ao contrário, por promover o trabalho escravo. Ao investir nesse setor, o governo acaba

contribuindo para que mais pessoas sejam escravizadas. O aumento do trabalho escravo no setor sucroalcooleiro é reflexo dessa realidade. O sistema de trabalho na cana é extremamente duro: os(as) trabalhadores(as) são transformados(as) em máquinas de corte, pois realizam milhares de movimentos repetitivos por dia sob sol forte. Em apenas cinco anos, entre 2005 e 2009, foram 9.137 pessoas resgatadas na cana-de-açúcar, 38% do total no período. Entre 2003 e 2010, com um Grupo Móvel bastante atuante e, no decorrer do tempo, com a participação de Superintendências Regionais do Trabalho engajadas foi possível identificar a existência dessa violação em mais atividades econômicas e em mais regiões do país. Destacamos algumas situações: o agronegócio no oeste baiano; a produção de carvão para siderurgia e a consequente associação ao desmatamento no Matopiba; o monocultivo de árvores, erva-mate e maçã no sul do país; o extrativismo vegetal.

## Dos grandes projetos à tentativa de desmonte das políticas

Nos anos 2010, o Brasil já havia se tornado um modelo no enfrentamento ao trabalho escravo para o mundo segundo a Organização Internacional do Trabalho, em especial por suas políticas no campo da repressão. Depois de muitos anos de articulação, foi possível aprovar, em 2014, até uma emenda constitucional que prevê o confisco de propriedades que comprovadamente utilizem trabalho escravo, com sua destinação à reforma agrária ou urbana. Nesse mesmo período, contudo, ruralistas se articularam, inclusive no Congresso Nacional, para atacar o conceito de trabalho escravo. A partir daí, iniciava-se uma lenta redução no número de flagrantes de trabalho escravo em comparação com os anos 2000, com diminuição no número de equipes do Grupo Móvel de Fiscalização para quatro (na década anterior, chegou-se a nove equipes). De 2011 a 2014, a média anual foi de 2.280 pessoas resgatadas, em 167 casos anuais. A partir de 2015, entrou-se numa nova fase, com tentativas de desmonte das políticas construídas até então. O Brasil atravessava uma

grave crise política, que resultou no impeachment contra Dilma Rousseff em 2016, na retirada de direitos com a Reforma Trabalhista em 2017, na eleição de Bolsonaro em 2018 e na Reforma da Previdência de 2019. Em 2020, com a pandemia da Covid19, fiscais dos Grupos Móveis não puderam

realizar as operações em função das medidas restritivas. Como se não bastasse, nos anos do governo Bolsonaro, mais e mais trabalhadores e trabalhadoras passaram

a enfrentar condições muito piores de miséria e pobreza, com o agravamento da fome e a ampliação da desigualdade. Nessa situação, o risco de ser submetido(a) a uma situação de escravidão é maior, enquanto são menores as chances de se denunciar. O combate a esse tipo de violência em 2022, e nos demais anos do governo Bolsonaro, só foi pos-

sível mediante articulação da sociedade civil e de órgãos que atuam no enfrentamento ao trabalho escravo, aliada à atuação aguerrida de servidores(as) públicos(as), que impediram as tentativas de retrocesso.

O trabalho escravo não é

uma prática isolada e está inserido nas cadeias globais de produção. Ele se apresenta como a radicalidade da exploração a que todos os trabalhadores e trabalhadoras estão cotidianamente submetidos, em diferentes gradações, no capitalismo. O trabalho escravo é resultado do modo de produção e, em especial no Brasil, do modelo sob o qual o país foi e continua se constituindo, a partir da usurpação de territórios, da destruição da natureza e da exploração de sua gente.



João Ripper

## MANIFESTAÇÕES

## RESISTÊNCIA CAMPONESA

# Mutações na forma de existir e (Re)existir: a natureza das resistências no Brasil contemporâneo e as perspectivas políticas

Flávio Marcos G. de Araújo  
Marcelo R. Mendonça  
Renata Albuquerque (edição)  
comunicao@cptne2.org.br

Para analisar os processos de resistências ocorridos em 2022, será preciso compreender os acontecimentos que antecederam o ano e marcaram a vida dos povos do campo, das águas e das florestas. O Golpe de 2016, que destituiu Dilma Rousseff, e a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 foram alguns desses fatores, os quais agravaram a agenda neoliberal no país e os impactos do agronegócio, das mineradoras e de outros empreendimentos sobre terras e territórios de povos e comunidades. Diante desse cenário, os conflitos no campo aumentaram, e algumas estratégias de (Re)Existências foram modificadas.

Os dados levantados pela CPT indicam que, nos últimos 20 anos, houve crescimento das ocorrências de manifestações de luta e redução das ocupações, retomadas, acampamentos e manifestações por direitos trabalhistas. Esse processo foi intensificado sobretudo a partir de 2019, com



Agricultor em acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

o governo Bolsonaro e com o aumento das violências por terra. Outros elementos também devem ser considerados no cenário de modificações das (Re)Existências, como a pandemia da Covid19. A necropolítica adotada pelo governo federal durante o período fez com que os povos do campo, das águas e das florestas realizassem manifes-

tações de luta para enfrentar e superar o cenário de morte, além de outras iniciativas, dentre as quais se destacam as ações de solidariedade e as doações de alimentos. Esses gestos concretos de amor aos/as mais empobrecidos/as mostraram a importância da Reforma Agrária para combater a fome no país e denunciaram os efeitos nocivos do

agronegócio e da produção de commodities. Essas ações foram, e são, uma tentativa de construção da unidade camponesa e do proletariado, especialmente num cenário em que 33 milhões de pessoas passam fome no Brasil.

A reordenação das ações de (Re)Existência é compreendida como uma resposta dos povos e comunidades

para manterem seus territórios vivos frente à conjuntura constituída após o Golpe de 2016 e ao Governo Bolsonaro. Devemos também considerar outras formas de (Re)Existência que vêm ganhando corpo nos últimos anos, como: as brigadas dos povos indígenas e comunidades camponesas, formadas para combater os incêndios que ameaçam seus territórios; a atuação dos(as) guardiões(as) das florestas contra as invasões territoriais; as experiências agroecológicas, fundamentais para ampliar o debate político contra o agronegócio e em defesa do cultivo de alimentos saudáveis. Essas iniciativas apontam novas possibilidades de análises e de práticas sobre as (Re)Existências no presente e no futuro. Uma das nossas tarefas principais, portanto, é articular e potencializar todas essas (Re)Existências que contribuem para a transformação do *status quo*. Temos que fazer da utopia o nosso horizonte permanente. Temos que continuar tramando, maquinando e arquitetando a derrubada desse sistema de espoliação dos territórios e de *suas gentes*.

Amanda Costa

## VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA

## BALANÇO

# Violência contra a pessoa em conflitos no campo na Amazônia Legal

Igor Rolemberg  
Paula Lacerda  
Amanda Costa (edição)  
amanda@cptnacional.org.br

O ano de 2022 foi marcado pelo elevado crescimento do número de Violência Contra a Pessoa. Foram 535 ocorrências registradas pelo Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (Cedoc-CPT), 50% a mais do que o registrado em 2021 (356). Os dados desta categoria abrangem todos os eixos de conflitos, sendo eles Terra, Água, Trabalhista e Outros Conflitos.

A CPT registrou, em 2022, 47 assassinatos por conflitos no campo, um crescimento de 30,55% em relação a 2021 (36) e 123% em comparação com os dados registrados em 2020 (21). Outro número que revela esta dinâmica dos conflitos é o relativo às Tentativas de Assassinatos, que somaram 123 ocorrências, um número 272,72% maior que os 33 registrados em 2021 e o maior registro em todo o século XXI.

## Violências cometidas contra lideranças e episódios ocorridos na Amazônia Legal

Regiões da Amazônia Legal abrigam o maior número de ocorrências de violência contra a pessoa no Brasil



Sepultamento de Vitor Fernandes, 42, indígena Guarani Kaiowá assassinado no Massacre de Guapoy

(65,6%). Particularmente, a violência contra as lideranças na Amazônia Legal corresponde à grande maioria (58,4%) das situações daquilo que o Cedoc registra como “violência contra a pessoa” a lideranças no Brasil.

A estabilidade da Amazônia Legal como área em que mais existem ocorrências de conflito relacionadas à terra e à água é reveladora da durabilidade da expansão da fronteira agrícola, agravada, ano após ano, pela implantação de seguidos empreendimentos agropecuários e minerários, e obras de infraestrutura.

Levando em conta sobretudo os eixos terra e água, identificamos 3.446 ocorrências de “violência contra a pessoa” na Amazônia Legal de 2011 a 2022. Isso corresponde a 65,64% do conjunto de ameaças de morte, assassina-

tos, tentativas de assassinato, prisões, intimidações e outras violências que ocorreram no Brasil (5.250 ocorrências) nesse intervalo de tempo. No ano passado, 64,67% de todos os episódios de “violência contra a pessoa” aconteceram nessa macrorregião, enquanto os casos envolvendo lideranças amazônicas foram 58,37%.

Os estados do Pará e do Maranhão concentraram, sozinhos, de 2011 a 2022, mais da metade das “violências contra a pessoa”: 51,82%. Em terceiro lugar, ainda na frequência média de casos na série histórica, vem o estado de Rondônia (18,51%) e, depois, os estados do Amazonas (10,85%), Mato Grosso (7,37%), Tocantins (5,22%), Roraima (3,25%), Acre (2,15%) e Amapá (0,81%).

O estado de Roraima elevou sua média simples no

período 2011–2022 devido ao aumento exponencial, em 2021 e em 2022, da frequência média de registros relativos aos conflitos na Terra Indígena Yanomami. Em 2022, a violência Morte em Consequência obteve 113 registros, 103 foram em TI Yanomami, e destes, 91 eram crianças, representando 80,5% dos casos.

## Perfil das vítimas

Os casos envolvendo indígenas na Amazônia Legal dobraram de frequência em 2021 e em 2022 em comparação com a média histórica. No conjunto de ocorrências de 2011 a 2022, os casos contra indígenas corresponderam a 13,08% do total. Em 2022, 27,17% das ocorrências tiveram vítimas indígenas.

Chamamos atenção para o fato de as ocorrências envolvendo sem-terras (1.077, de

2011 a 2022) serem 31,25% do total registrado na série histórica. É a categoria que, em média, ao longo dos anos, mais aparece como “vítima de violência”. Depois vêm os casos envolvendo posseiros (17,53%), seguidos dos que envolvem indígenas (13,08%), assentados (10,65%), quilombolas (9,55%) e ribeirinhos (2,93%).

No que se refere aos agentes causadores das ocorrências de violência em 2022, grileiro (34,2%), fazendeiro (28,7%), madeireiro (9,2%) e empresário (4,6%) foram as categorias mais recorrentes. Juntos, respondem por mais de 75% das ocorrências. Apesar dessa estabilidade, chamamos a atenção para a identificação da categoria traficante como causadora da ocorrência de conflito em sete situações (6,5%) registradas em 2022.

Enfatizamos esse dado porque, em 2022, todas as sete ocorrências se referem a uma mesma área, a Terra Indígena Vale do Javari, em Atalaia do Norte, Amazonas. Nessa mesma área, em junho de 2022, o indigenista Bruno Pereira e o jornalista Dom Phillips foram assassinados por traficantes envolvidos também com a pesca ilegal.

Igor Cardozo

EIXO ÁGUA

BEM NATURAL EM DISPUTA

# Privatização, produção da escassez e violência: intensificação e agravamento dos conflitos por água

Joice Silva Bonfim  
Renata Albuquerque (edição)  
comunicacao@cptne2.org.br

Em 2022, foram registradas 225 ocorrências de conflitos por água e quatro assassinatos relacionados a esses conflitos. Ainda que seja um número menor que os registrados em anos anteriores, quando ocorreram casos de grande proporção como em Mariana e em Brumadinho - MG, o dado evidencia que a apropriação, privatização e mercantilização desse bem comum são problemas estruturais que ameaçam a vida dos povos do campo, das águas e das florestas. As ocorrências desse tipo de conflito, em 2022, relacionaram-se às situações de destruição e/ou poluição, às ameaças de expropriação, ao impedimento ou diminuição do acesso às águas e à destruição da relação histórica e cultural de povos e comunidades com as águas. Esses conflitos são fruto de um sistema global de espoliação por meio do qual a água vai perdendo o seu caráter de bem comum e se consolidando como mercadoria.

**Mineração e agronegócio: protagonistas dos conflitos pela água; Estado: agente legitimador**

Os dados apontam que os agentes privados (empresas, mineradoras, fazendeiros e outros) foram responsáveis por 86,6% das ocorrências de conflitos por água em 2022. Apesar de a mineração ser uma das atividades econômicas protagonistas na disputa por esse bem, em 2022 ganharam destaque os empresários nacionais e internacionais, responsáveis por 32% das ocorrências. Nesse setor estão presentes as empresas ligadas ao agronegócio, que vêm expandindo suas fronteiras e controlando a maior parte das águas do país. Dados da Agência Nacional de Águas (ANA) apontam que a agricultura irrigada consome mais de 66% das águas brasileiras, mais do que qualquer outra atividade econômica. Diante desse contexto, o resultado só poderia ser a intensificação da violência contra famílias que necessitam e cuidam desse bem.

Apesar de a maior parte dos conflitos por água ser provocada por agentes privados, o papel do Estado não pode



Kárgo Khisetje

Indígena Khisetje na Aldeia Tyrykho, no Território Indígena do Xingu, Mato Grosso

ser ocultado. Ele é peça-chave para legitimar a apropriação das águas pelo setor privado. Não causa espanto, portanto, que 43 ocorrências registradas pelo Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, da CPT, quase 19% do total, tenham sido resultado do não cumprimento de procedimentos legais. Então, é bastante preocupante identificar que o Estado brasileiro também as-

sume papel protagonista nos conflitos por água.

**Os povos e as comunidades tradicionais no centro da disputa pelas águas**

Os dados da CPT apontam que 68% das ocorrências desse tipo de conflito envolvem povos tradicionais, comunidades e famílias camponesas que constroem, a partir da relação com a água, suas próprias

identidades e formas socioeconômicas de vida. Vale ressaltar que se os conflitos revelam a violência da exploração e expropriação do bem, eles também mostram a resistência dessas populações. Ao lutarem pelo acesso autônomo aos bens da natureza, confrontando a lógica da privatização, esses povos e comunidades tornam-se guardiões da água e fortalecem o cuidado com a Casa Comum.

EIXO TERRA

ESTADO E VIOLÊNCIA

# O papel do Estado na violência nos territórios

Luis Ventura Fernández  
Mário Manzi (edição)  
mario@cptnacional.org.br

A violência contra os povos e contra seus territórios é um elemento constante ao longo do processo de colonização do espaço que hoje conhecemos como América Latina. Uma violência que foi representada e concretizada de formas diferentes, nos diversos momentos históricos, mas que perpassa estruturalmente o tempo e o projeto colonial, e que sempre teve como foco principal o território.

O processo colonial foi construído com base nos três elementos fundamentais e inter-relacionados:



- Uma economia de saque e exploração de bens naturais com destino à metrópole, ao centro de poder;
- A necessidade de controle físico, militar, cultural e epistêmico dos territórios;
- Por fim, a tentativa de domínio ou extermínio dos povos que habitavam esses territórios.

Desde o primeiro momento, América Latina foi situada no sistema-mundo como território-jazida, em sua condição de fornecedor de bens primários fundamentais para o crescimento da metrópole. A economia-mundo capitalista foi incorporando os lugares de forma subalterna a uma lógica global, naquilo que Milton Santos chama de “mundialização dos territórios”, o que acontece até os dias atuais com as novas frentes de expansão do capital: o agronegócio, a mineração, a exploração de madeira ou os grandes projetos associados de infraestrutura como estradas, portos, aeroportos, hidrovias, ferrovias ou barragens de dejetos.



Andressa Zumpano

Alto índice de mortes de indígenas por consequência de conflitos deveu-se à omissão do governo federal.

**O Estado conivente**

Quando a omissão é sistêmica, permanente e orgânica, podemos falar de um Estado conivente. A persistência da omissão revela uma intencionalidade determinada por parte do poder público. O Estado, ciente das consequências de sua omissão, opta pela inação no processo de escolhas políticas e estratégicas. O componente de intencionalidade fica evidenciado pelo caráter sistemático, e não ocasional, da omissão.

Neste sentido, a CPT denunciou em 2021 o alto índice de mortes em consequência na Terra Indígena Yanomami devido à omissão do governo federal na contenção da invasão garimpeira e na oferta de serviços de saúde. Foram 193 mortes em 2019, 171 mortes

em 2020, 167 mortes em 2021 e 113 mortes em 2022.

Entre 2016 e 2022, ocorreram diversas violências relacionadas à Ocupação e Posse de territórios, que tiveram a participação direta ou indireta do Estado. Essas violências são bastante comuns entre as principais formas de violência contra a posse de terra, sendo que 28% desses territórios sofreram com omissão e conivência, 24% sofreram ameaças de despejo judicial e 21% sofreram despejo judicial.

O Brasil passou por um momento extremamente delicado nos últimos sete anos. Algo se rompeu no país. A deslegitimação das instituições políticas e democráticas foi acompanhada por uma fragmentação social que atingiu as esferas mais próximas de con-

vivência, a vizinhança e o interior das próprias famílias. Este ambiente de corrosão política e deterioração das relações de afeto e de diálogo permitiram um aprofundamento do neoliberalismo com retrocessos de direitos fundamentais e cortes nas despesas públicas fundamentais (2017-2018) e, posteriormente, a chegada ao governo de um projeto de poder fascista (2019-2022).

Abre-se um novo tempo de disputa do Estado. A nova configuração do governo federal permite novas brechas para que direitos fundamentais retornem à pauta da ação política. Trata-se de um governo de frente ampla, como seus dirigentes gostam de insistir, campo em que as contradições históricas e os interesses divergentes também devem gerar conflitos internos.

## OLHAR PASTORAL

## MEMÓRIA

## Comemorações mantêm acesa a luz na escuridão

Antônio Canuto

Amanda Costa (edição)  
comunicacao@cptne2.org.br

No contexto de um ano em que nuvens escuras tentaram impedir a difusão da luz no cenário nacional, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), junto com as pastorais sociais, pôde comemorar quatro eventos que ao longo dos últimos tempos emitiram facho de luz intensa cujo brilho treva alguma pode ofuscar. São acontecimentos e pessoas que iluminaram a caminhada da Igreja e da sociedade, e sua luz, mesmo em meio à escuridão, continuará resplandecendo.

### 1. 60 anos do início do Concílio Vaticano II

Em 1962 teve início o Concílio Vaticano II, convocado pelo saudoso papa João XXIII para colocar a Igreja à altura dos desafios do mundo contemporâneo. Para que a Igreja anunciasse ao mundo com fidelidade a mensagem do Evangelho, precisava de uma volta às fontes de onde surgiu. Não era possível ficar parada no tempo enquanto tudo em volta sofria um profundo e constante processo de mudança.

O Concílio, concluído em 1965, provocou três importantes mudanças:

A. Primeiramente, a refor-



Integrantes da Campanha de Combate ao Trabalho Escravo da CPT presentes na Romaria da Terra e das Águas de Bom Jesus da Lapa/BA

ma litúrgica. Até aquele momento, as celebrações litúrgicas da Igreja Católica eram realizadas em língua latina, que raras vezes as pessoas entendiam, impedindo uma real participação dos fiéis. O Concílio estabeleceu o uso das línguas vernáculas e formas de participação diretas e efetivas do povo.

B. O Concílio alterou profundamente as classes que compunham a Igreja - clero e leigos - e a definiu como "povo de Deus". Segundo essa definição, todos têm a mesma dignidade, fundamentada no batismo recebido, com o exercício de funções e serviços diferen-

tes voltados para a construção de uma grande comunidade. A constituição *Lumen Gentium* também alterou profundamente a visão de que se alguém morresse sem batismo, não se salvaria.

C. Tudo que não se submetia aos ditames da Igreja era visto com restrições as mais diversas e reservadas. Tudo no mundo se tornava empecilho para a salvação. O Concílio alterou drasticamente essa visão na constituição *Gaudium et Spes*.

### 2. 50 ANOS DO CIMI

Outro evento que trouxe uma luz intensa para as relações da Igreja com os povos

indígenas foi a criação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), um dos frutos da renovação que o Concílio Vaticano II promoveu. No ano de 2022, comemorou-se os 50 anos de uma fecunda caminhada ao lado dos povos originários deste nosso Brasil. Mas não era assim.

Desde os dias da invasão portuguesa nestas terras do Novo Mundo, a Igreja praticamente atuou como mais um braço do processo colonial. A grande preocupação era a de tornar "cristãos" os indígenas. Por isso, o grande objetivo dos missionários era o de batizar

o maior número possível de indígenas que pudessem ser alcançados.

As reformas do Concílio deram sustentação a alguns missionários que já intuía ser necessária e urgente uma outra forma de atuação da Igreja junto aos povos indígenas, que respeitasse sua vida, sua língua, seus costumes, toda sua cultura. Em 1972, o Secretariado Nacional para Atividade Missionária da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) convocou uma reunião em que o sonho daqueles missionários se concretizou na criação do CIMI.

O CIMI representou uma mudança radical na forma como a Igreja passou a atuar junto a esses povos. Uma das ações estratégicas - talvez a mais importante - foi provocar a articulação entre aldeias e povos, promovendo as grandes assembleias de lideranças indígenas, nas quais se desenharam os primeiros contornos da luta pela garantia dos direitos desses povos a seus territórios e pelo respeito à diversidade cultural existente. Essas assembleias foram o embrião das dezenas de entidades indígenas que foram se criando posteriormente.

### 3. 25 anos da Campanha da CPT "DE OLHO ABERTO PARA NÃO VIRAR ESCRAVO"

A luz que o Concílio projetou levou à constituição de uma nova prática pastoral junto às comunidades camponesas. Entre as atividades desenvolvidas pela CPT desde o seu início, inscrevia-se a da denúncia da prática de exploração do trabalho análogo a trabalho escravo a que eram submetidos os trabalhadores na formação das grandes fazendas da Amazônia, adubadas com fartos recursos públicos por meio de incentivos fiscais.

Essa atividade da CPT encontra seus alicerces nas de-

núncias feitas por Dom Pedro Casaldáliga, bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia e um dos fundadores dessa pastoral.

Em 1997, a CPT deu um passo à frente ao criar a campanha "De olho aberto para não virar escravo". Não era suficiente denunciar as situações de escravidão, era necessária uma ação que tentasse impedir que os trabalhadores chegassem a ser submetidos a tal situação, que os alertasse sobre os engodos praticados ao serem aliciados para o trabalho nas fazendas.

Assim diz Xavier, citando Lúcia Feitosa, da CPT-PI: "Essa Campanha não vinha com grandes pretensões: visava apenas prestar serviço a vítimas da escravidão. Foi crescendo. Tornou-se referência. Hoje, deixa sua marca nos

diversos estados, com ação unificada no atendimento, na orientação, formação e organização, especialmente entre trabalhadores migrantes".

Uma grande assembleia dos membros da campanha comemorou os seus 25 anos de atuação, suas bodas de prata. Os participantes foram renovar suas energias bebendo diretamente da fonte. A assembleia comemorativa se realizou em São Félix do Araguaia, junto ao túmulo do bispo Pedro.

### 4. Centenário de nascimento de Dom Tomás Balduino

A vida desse bispo espargiu luz por onde passou. Dom Tomás foi ordenado bispo para a Diocese de Goiás, com sede na Cidade de Goiás/GO, em 1967, dois anos após ter se encerrado o Concílio. Toda a

sua ação durante as três décadas à frente da diocese se pautou, sobretudo, pela fiel aplicação das decisões conciliares em sua diocese. O bispo, porém, não limitou sua ação à diocese: estendeu sua atividade para o campo social.

Ao concluir seu mestrado na UnB, foi nomeado administrador apostólico da Prelazia de Conceição do Araguaia. Nessa função, além de todo o acompanhamento aos povos indígenas, teve que enfrentar os primeiros conflitos com as grandes empresas agropecuárias que se estabeleciam na região, estimuladas pelo governo militar com o discurso de desenvolver a Amazônia.

Dom Tomás foi uma das peças fundamentais da revolução na pastoral indigenista que o CIMI implantou. Com seu

avião, buscou lideranças indígenas em aldeias distantes para as assembleias indígenas. Entre os anos 1980 e 1984, compôs a presidência da organização.

Em 1975, foi convocada, a pedido da CNBB, pela Comissão Brasileira de Justiça e Paz, uma reunião de bispos e prelados da Amazônia para tratar da realidade dos problemas vividos pelos camponeses. No encontro, realizado em Goiânia em junho daquele ano, criou-se a Comissão Pastoral da Terra. Dom Tomás foi eleito para o cargo de vice-presidente e, de 1999 a 2005, assumiu duas vezes a presidência.

As questões referentes ao mundo indígena e à vida e realidade dos camponeses fez parte das preocupações do bispo até o último dia de sua vida. Ao ser sepultado na catedral da Diocese de Goiás, camponeses e indígenas fizeram questão de carregar seu caixão e proferiram falas comovidas.

Na pessoa de Dom Tomás se pode encontrar uma síntese do Concílio Vaticano II, da história do Conselho Indigenista Missionário e da Comissão Pastoral da Terra. *O Conflito no Campo Brasil 2022*, ao registrar essas quatro comemorações durante o ano, o faz sentindo-se fruto e parte de todas essas histórias.



Dom Tomás Balduino, no primeiro Acampamento Terra Livre (ATL), em 2004

## GALERIA

# Ensino de Dom Tomás

### I

A economia tenta explicar a questão agrária.  
A geografia, a sociologia e a história também.

Difícil? Difícil é sentir o pisar dos teus pés,  
a marcha das tuas luta,  
o sentir do teu pulsar.

Tudo isso se tornou mais fácil compreender,  
quando passei a caminhar junto a ti.

### II

As pedras não calarão!

A voz nunca se calará.

As ideias e os gestos não se calarão.

As igrejas, os estados, as comunidades,  
construiremos com as nossas caras,  
nossas cores, nosso jeito.

Os povos? Somos sempre nós.

O povo na tua vida nunca foi um detalhe.

Teu horizonte sempre foram os empobrecidos do campo.

Estiveste sempre com eles e elas, lá.

Estiveste com os povos levantados.

Sempre foste a palavra na caminhada.

**Plácido Júnior**

(Agente da CPT Nordeste II)